

Conta de somar que nunca dá certo

Cristine Gentil
Da equipe do **Correio**

Uma pilha de papéis debaixo do braço e muita disposição para defender a gestão democrática nas escolas. Foi assim que um grupo de diretores e professores de Ceilândia chegou ontem à Câmara Legislativa. O objetivo era entregar a Comissão de Assuntos Sociais um manifesto assinado por 37 escolas da cidade em repúdio a ações tomadas pelo atual governo que eles consideram antidemocráticas.

Levaram ainda uma listagem extraída do sistema de recursos humanos da Fundação Educacional, no dia 12 de abril de 1999, mostrando números de carência de professores que superam, em muito, os divulgados pela Secretaria de Educação na semana passada — em torno de 400. De acordo com esses dados, existe uma carência provisória (licenças e atestados médicos)

de 847 professores e uma carência “definitiva” de 704 professores — um total de 1551 professores.

“Acusaram os diretores de sonegar o número de carências, mas o número deles não é verdadeiro. A Fundação quer difamar os diretores para acabar com a gestão democrática”, acusa Vânia Rêgo, diretora do Centro de Ensino 2 de Ceilândia, resumindo o pensamento do grupo.

A Fundação Educacional contesta os dados. Segundo o diretor de Pessoal da Fundação, Sinval Lucas, a listagem não corresponde à realidade. “Quem passou esses dados fez isso de má-fé. Esse programa está sendo ajustado. Não foi dado baixa nas carências já supridas”, explicou Sinval.

Segundo ele, existe hoje uma carência definitiva de 400 professores na rede. “Temos 816 professores concursados que foram convocados e estão fazendo exames médicos,

mas a metade deles já está em sala de aula. Essa atualização não foi feita no sistema”, justifica Sinval.

Sinval argumenta que a Fundação colocou em sala de aula 4.301 novos professores desde o início do ano letivo. Mesmo assim, persiste a carência de 400 professores. Não estão nesse cálculo as carências provisórias — professores em licença por algum motivo estabelecido em lei.

“Existe uma rotatividade muito grande nesse número, mas com certeza não existem 847 carências provisórias. Esse número é bem menor e essas carências serão supridas até sexta-feira da próxima semana”, adianta Sinval.

Além da falta de professores, os representantes das escolas de Ceilândia levaram outras reivindicações à Comissão de Assuntos Sociais, que nomeou um grupo de deputados para estudar a situação das escolas e apurar denúncias da comunidade escolar. Eles exigem a

nomeação dos assistentes, exonerados do cargo no início das aulas. Alegam que não há condições de funcionamento das escolas sem os assistentes.

Cada escola tem, em média, dois assistentes. São eles os responsáveis pela parte administrativa das escolas, além de dividirem tarefas de planejamento escolar com os diretores e vices. Ganham pela função extra uma gratificação máxima de R\$ 450.

“Para onde está indo o dinheiro das gratificações que eram pagas aos assistentes de direção?”, questiona o diretor do Centro de Educacional 13 de Ceilândia, Nelson Sobrinho.

A Fundação Educacional já informou, por meio de ofício, que não renomeará os assistentes. Primeiro, irá fazer um estudo para verificar a necessidade de cada escola e suprir as carências de professores em salas de aula.